

## FUP e movimentos sociais intensificam debate pelo controle estatal do petróleo

**A** defesa do monopólio estatal do petróleo, através da Petrobrás 100% pública, é a melhor forma de garantir ao povo brasileiro o controle social sobre um recurso que é alvo de disputa no mundo inteiro. A FUP e os movimentos sociais têm levado este debate aos estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, pessoas interessadas em entender a importância de se defender um bem tão estratégico, como é o petróleo. Em

seminários, encontros, atos públicos e jornadas de luta pelo país afora, sindicatos, movimentos populares e estudantis vêm aglutinando, novamente, a militância em torno da defesa da proposta dos trabalhadores para a nova lei do petróleo.

O projeto de lei construído pela FUP e movimentos sociais (PLC 531/2009) foi apresentado ao Senado antes dos projetos do Executivo para regulamentar a extração e produção do pré-sal. O projeto dos trabalhadores vai muito além do que propõe o governo, pois prevê total controle do Estado sobre todo o petróleo e gás do país, através da Petrobrás 100% pública, assim como a destinação social destes recursos, com foco na redução da pobreza. Daí a importância de ampliar o debate com a sociedade e organizar a luta em defesa do PLC 531/2009.

### Correndo o país

Nos últimos meses, a FUP participou de várias atividades em diferentes esta-



Ato na ALESP, dia 29/03



Seminário com a Petrobras, dia 30/03



Ato no Clube de Engenharia (RJ), dia 22/03



Ato no DCE da UFSM, dia 15/03

### Militância se organiza em defesa do PLC 531/2009

Nesta semana, a FUP participou de dois importantes eventos que trataram da necessidade de mudanças na lei do petróleo: um ato na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), que reuniu cerca de 500 pessoas; e um debate dos movimentos sociais com o presidente da Petrobrás. O ato da ALESP foi realizado no dia 29 e

dos do país, como a jornada dos estudantes, que levou às ruas a luta para que parte dos recursos do pré-sal seja destinada à educação. No Rio Grande do Sul, a Federação debateu com os universitários a importância da retomada do monopólio estatal do petróleo, em uma palestra no DCE da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). No Rio de Janeiro, a FUP foi uma das entidades que participou do ato "Leilão é Privatização: O Petróleo Tem que Ser Nosso", no Clube de Engenharia, no dia 22 de março, que reuniu mais de 500 pessoas.

A proposta dos trabalhadores para a nova lei do petróleo também tem sido defendida em eventos com participação do presidente Lula e da ex-ministra Dilma Rousseff, como a inauguração do Gasene, na Bahia. Outra frente de luta da FUP tem sido em Brasília, para convencimento dos parlamentares e lideranças partidárias sobre a importância do projeto de lei construído pelos movimentos sociais.

lotou o Auditório Franco Montoro. A atividade foi convocada pelo Comitê Estadual de São Paulo em Defesa do Petróleo e pela Soberania Nacional e contou com participação de entidades sindicais (CUT, CGTB e sindicato dos petroleiros entre outros), partidos políticos e movimentos sociais (MST, UNE e entidades populares que lutam por moradia).

O coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, e o coordenador do Sindipetro Unificado-SP, Itamar Sanches, enfatizaram a necessidade de maior mobilização e atos para pressionar os parlamentares sobre a importância do projeto dos movimentos sociais, assim como sensibilizar a população para a urgência deste debate. "Queremos organizar em conjunto com as várias entidades do movimento popular, social, estudantil e sindical um grande ato em Brasília, de preferência em maio, para pressionarmos os congressistas e continuarmos com a nossa campanha na rua", ressaltou o petroleiro Antonio Carlos Spis, da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS).

CONTINUA NO VERSO

# CONTINUAÇÃO Soberania só com controle do Estado

No dia seguinte ao ato na ALESP, na terça-feira, 30, os movimentos sociais voltaram a defender o projeto dos trabalhadores para a nova lei do petróleo. Desta vez, em um seminário com o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, que contou com a participação das centrais sindicais (CUT, CTB, CGTB, Força Sindical, Nova Central, UGT) e organizações do movimento social, como a Via Cam-

pesina e a CMS. A FUP, a CNQ, o Sindipetro Unificado-SP, o Sindipetro-RJ e o Sindipetro-LP também participaram do debate. Em contraponto à palestra do presidente da Petrobrás, que defendeu as propostas do governo para o pré-sal, o coordenador da FUP, João Antonio de Moraes, ressaltou que o projeto do Executivo avança em relação à presença do Estado no controle do petróleo, mas fica no meio do caminho. "Com o fracasso

da Conferência de Copenhagen, a disputa pelos recursos naturais irá se acirrar nos próximos anos e o petróleo, assim como a água, é um bem estratégico que está na mira das grandes corporações. Portanto, somente o controle integral do Estado e, no caso do petróleo, o monopólio de uma Petrobrás 100% pública, conseguirá defender nossos recursos da ganância das multinacionais", ressaltou Moraes.

## Luta contra entrega dos campos terrestres continua

A FUP e seus sindicatos continuam se mobilizando contra as tentativas de esvaziamento e entrega dos campos terrestres de produção de petróleo. Os projetos de lei do Executivo para o pré-sal referentes ao sistema de partilha de produção e à capitalização da Petrobrás sofreram alterações na

Câmara dos Deputados, que podem significar a entrega à iniciativa privada dos campos de produção terrestres operados pela Petrobrás. Através do Senador Paulo Paim (PT/RS), a Federação viabilizou a apresentação de duas emendas supressivas, que retiram dos relatórios dos projetos do governo as inclusões

feitas por parlamentares durante a votação na Câmara dos Deputados. Os projetos do Executivo deverão ser votados no Senado a partir da próxima semana. A FUP e seus sindicatos intensificarão a luta para que as emendas supressivas apresentadas pelo senador Paim sejam aprovadas.

## Trabalhadores da Halliburton aprovam acordo conquistado na luta

Termo aditivo foi assinado pela FUP na quarta-feira, 31

Após intensa mobilização, os trabalhadores da Halliburton, finalmente, concluíram a negociação com a empresa, com um acordo vitorioso, conquistado na luta. Desde setembro do ano passado, os trabalhadores vinham negociando com a Halliburton o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2010, com foco nas cláusulas econômicas. A empresa, no entanto, se recusava a avançar no atendimento das principais reivindicações da categoria, o que levou os trabalhadores ao estado de greve e assembléia permanente.

A mobilização, iniciada em novembro, pressionou a Halliburton que, apresentou no último dia 22 uma proposta com avanços importantes e que foi aceita em todas as bases da empresa (Norte Fluminense, Rio Grande do Norte e



Representantes da FUP, sindicatos e Halliburton assinam Termo Aditivo ao Acordo Coletivo

Bahia). Na quarta-feira, 31, a FUP assinou o Termo Aditivo, garantindo aos trabalhadores 5% de reajuste para quem recebe salário básico de até R\$ 10 mil e 4,1% de reajuste para os que ganham acima deste patamar.

### Comissão de regime e jornadas

A pressão e mobilização da categoria também fizeram a Halliburton atender uma reivindicação antiga: a criação de uma comissão para discutir demandas relacionadas a regime de trabalho e jornadas. A comissão teve sua primeira reunião no dia 31, na sede da FUP, e volta a ser reunir nos próximos dias 14 e 15 de abril. Formada por representantes da Halliburton, FUP, Sindicatos e trabalhadores de base eleitos em assembléias, a comissão analisará pleitos da categoria e apontará soluções para problemas, como supressão de folgas e excesso de horas extras.

Edição 934 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Estagiária de jornalismo: Carol Cavassa Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney